4CCJDDPubPEX01**PROJETO MOVIMENTO E CIDADANIA**

Thiago Medeiros Dutra (1); Ronaldo Cartaxo Filgueiras Júnior (2); Rosana de Lima Bezerra (2); Vitor Filgueiras de Oliveira (2); Maria Lígia Malta de Farias (3)
Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Direito Público / PROBEX

Resumo

Através de aulas expositivas e atividades lúdicas, o projeto de extensão “Movimento e Cidadania”, a princípio, foi destinado a alunos de 7ª e 8ª séries de escolas públicas de João Pessoa; porém, no último ano houve uma mudança no público alvo. Optou-se em não mais trabalhar com alunos do Ensino Fundamental. Foi escolhido, como público-alvo, os alunos do ensino médio (1º ano, 2º ano e 3º ano) noturno do colégio **Sesquicentenário**. Entendendo que a participação, o interesse, a interação aluno - professor e o conhecimento atingiriam níveis mais significativos, haja vista a disparidade de faixa-etária, o baixo índice de assiduidade e o desinteresse pela matéria ter dificultado bastante o trabalho dos extensionistas do período anterior. Com a mudança de foco, o projeto passou a levar, de forma muito mais atuante, as noções de Direito, como Direitos fundamentais, Direito de Família, Direito do Trabalho e Direito do Consumidor; visto que surgiram questões realmente vividas pelos alunos e suscitadas com o objetivo prático de resolvê-las. Formando cidadãos, o projeto atinge então o objetivo maior da prática da extensão, havendo uma via de dois lados de ensino-aprendizagem, tanto dos alunos, como dos extensionistas.

Palavras-chave: educação, cidadania e direitos humanos.

Introdução

A extrema desigualdade existente na atual sociedade brasileira, somado aos inúmeros problemas daí decorrentes, como a miséria e a violência, despertou em nós alunos de direito da Universidade Federal da Paraíba a obrigação de contribuir de alguma forma com a sociedade, a fim, de no possível, melhor informar o cidadão marginalizado sobre seus direitos e o modo de garanti-los e assim tentar construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, assim como em grande parte dos países, há graves disparidades sociais decorrentes da precária distribuição de renda e da falta de ações públicas efetivas que melhorem a qualidade de vida da população em geral, fomentando, assim, o aparecimento das mais variadas mazelas sociais que atingem a totalidade das pessoas que vivem em sociedade. Todavia, é de se evidenciar que a marginalização social se manifesta com maior intensidade na parcela da população mais pobre, que por não ter meios de subsistir com dignidade, e nesse contexto deve-se destacar não só a insuficiência de recursos, mais também a falta de

¹⁾ Bolsista, ⁽²⁾ Voluntário/colaborador, ⁽³⁾ Orientador/Coordenador ⁽⁴⁾ Prof. colaborador, ⁽⁵⁾ Técnico colaborador.

informação proveniente de uma deficitária formação educacional, passa a ter seus direitos a todo tempo violados, tornando-se submissos a uma estrutura societária ao mesmo tempo opressora e excludente.

Além do abordado, verifica-se ainda em grande parte das entidades educacionais, e em especial a de formação jurídica, um distanciamento entre os problemas da população e os alunos, que cada vez mais se encontram fechados em suas salas de estudos e esquecem a real prioridade da formação jurídica, que é contribuir para a manutenção da justiça social. Assegurando que os direitos e deveres existentes nos diferentes textos legais estejam ao alcance e conhecimento de todas as pessoas.

Tendo em vista a omissão dos poderes públicos em realizar projetos relacionados à conscientização jurídica da população mais carente, Bem como a necessidade de alguns alunos de direito em transmitir o conhecimento aprendido na Universidade foi elaborado o projeto Movimento e Cidadania.

Descrição

O projeto Movimento e Cidadania, portanto, se caracteriza como um trabalho educativo que visa prestar assistência jurídica às pessoas mais carentes, e por isso, como afirma Nelson Saule Júnior, tem a finalidade de “orientar e defender os direitos e garantias fundamentais dos setores desfavorecidos em juízo e fora dele, ou seja, promover uma política de assistência jurídica, eliminando cada vez mais o trabalho assistencialista, pois tem o papel essencial de prestar apoio e assessoria às comunidades e suas entidades e organizações.”

Do já exposto, é fácil destacar a importância do trabalho que foi por nós realizado no projeto Movimento e Cidadania, pois o serviço de assistência jurídica é cada vez mais importante para a diminuição das disparidades existentes na sociedade, já que à medida que as pessoas conhecem suas garantias e suas obrigações, passam a melhor se defenderem contra as injustiças praticadas a elas, para com isso construir uma vida mais digna e justa.

Foram escolhidos temas específicos a serem debatidos com os alunos e escritos no volume III da Cartilha do Projeto, como: Constituição, Direito de Família, Direito do Consumidor, Direito Penal, Direito do Trabalho, entre outros, pois se verificou que esses eram as disciplinas jurídicas que mais chamavam a atenção dessas pessoas, devido ao fato desses ramos do Direito regular as mais básicas relações sociais realizadas entre os indivíduos.

Tais disciplinas foram debatidas em palestras que ocorriam quase que semanalmente com os alunos do Projeto, utilizando apresentações lúdicas, que contribuíam para chamar a atenção dos alunos para os temas debatidos, e também, de certa forma, media o grau de aprendizado e conscientização das pessoas que estavam participando desses encontros. Além disso, nós sempre buscávamos exemplos reais que ocorriam na sociedade, no intuito de demonstrar a co-relação de tais modelos com o que era exposto, a fim de mostrar ao estudante

a real importância daquele estudo, de servir como um guia orientador dos possíveis direitos pertencentes a todos eles, destacando a maneira de defendê-los.

Antes de cada debate, nós extensionistas costumávamos nos reunir para definir as diretrizes do ensino a ser abordado, como: o material a ser utilizado, o que seria explorado, como seria feita a palestra, com o propósito de realizar um trabalho organizado e sistematizado em que cada tema a ser abordado seguiria uma seqüência lógica, indispensável para uma melhor transmissão do assunto, na construção de um aprendizado de qualidade.

A expectativa entre a gente que elaborou esse projeto extensionista, era de que as informações fossem passadas da forma mais divertida possível, a fim de se romper com a distância existente muitas vezes entre aqueles que ensinam e aqueles que ouvem, com o intuito básico de estabelecer um diálogo sempre harmonioso, em que os possíveis debates ou dúvidas que pudessem ocorrer, servissem para que a informação fosse passada a todos da melhor maneira possível.

Metodologia

A implementação do projeto deu-se através da pesquisa-ação. E em detrimento ao modelo clássico da pesquisa tradicional, optou-se pela obra “Metodologia de pesquisa-ação” de Michel Thiollent, que concedeu ao projeto e seus autores, legitimidade para desde então participar da dinâmica do público-alvo, não apenas como pesquisadores, mas também enquanto agentes conscientizadores. Este método permitiu captar e valorizar as particularidades de cada grupo de modo a personalizar a atuação futura do projeto em proveito de uma ação ainda mais eficiente rumo à humanização.

Um dos objetivos do nosso projeto foi a elaboração do Volume III da cartilha Movimento e Cidadania. Por meio de uma pesquisa de campo, analisamos as matérias de maior interesse do alunado, indagamos aos mesmos quanto às violações dos seus direitos e os interrogamos a respeito de questões simples como: “O que é o direito?” e “O que você acha do direito brasileiro?”.

A pesquisa em sua fase exploratória levantou o grau de descrença, ignorância e desamparo que os indivíduos sentiam ante aos órgãos e às políticas públicas, além do desconhecimento e interesse pelas questões de direito. Problematizou e concebeu hipóteses que posteriormente foram ratificadas com a coleta de dados. Na seqüência, a equipe do projeto elaborou um plano de ação para romper com a problemática sócio-jurídica e promover a conscientização participativa da comunidade.

Desta investigação identificou-se a demanda de interesses posteriormente classificados em sete temas específicos: 1) Noções gerais do direito; 2) Direitos Fundamentais – Artigo 5º da Constituição Federal; 3) Estatuto da Criança e do Adolescente; 4) Direito da Família; 5) Direito do Trabalho; 6) Direito do Consumidor, e; 7) Direito Penal. Esta delimitação

temática possibilitou a definição das diretrizes metodológicas para a segunda fase do projeto: montagem de aulas dentro das respectivas áreas de interesse.

Com relação ao ministramento das aulas teóricas, nos moldes em que já acontecia nos anos anteriores, o resultado continuou satisfatório, mas desafiador, pois nos deparamos com um grande sentimento de “descrença e pessimismo” por parte dos alunos em ver os seus direitos respeitados, mesmo com a boa recepção do projeto. Nessa perspectiva, buscou proporcionar estudos a respeito de temas legais, referentes à *Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito de Família, Direito do Trabalhador, Direito do Consumidor, Direito Penal e a Lei dos Juizados Especiais* – com o desígnio de se institucionalizar um espaço social reflexivo propenso a formar verdadeiros cidadãos, capazes de se autoconduzirem em consonância com os poderes e as políticas públicas – tarefa esta custosa, tanto quanto gratificante, na medida em que se concebe um sistema em que predomina a reciprocidade do aprendizado (entre extensionistas e a clientela alvo), propiciando enfim, a construção de um espaço humanista e humanizador.

Buscou-se a contribuição de Carl Rogers que advogou a idéia de ser necessário desenvolver um clima favorável que possibilite a liberdade para aprender. No conteúdo das aulas apresenta-se uma seleção de tópicos de interesse geral dentro de cada tema específico. Na exposição oral, entretanto, valorizam-se as experiências de cada um dos participantes enquanto sujeitos de direitos, projetando, em sala de aula, situações que remetem a ilegalidades, tais como discriminação, violação da privacidade ou propriedade, violência física contra crianças e adolescente, exploração do trabalho infantil, inadimplemento da pensão alimentícia, desrespeito aos direitos do consumidor, entre tantos outros casos.

A abordagem rogeriana, não enfatiza técnica ou método para se facilitar a aprendizagem, apenas dá ênfase ao desenvolvimento de um clima que possibilite a liberdade para aprender. Assim, encontrou-se, na obra de Jean Piaget, orientações para um aprendizado espontâneo e natural, através da aplicação de jogos didáticos e de dinâmica de grupos. A teoria piagetiana incentiva a atividade em grupo, pois ela tem um aspecto integrador, haja vista que cada membro apresenta uma faceta da realidade. O resultado desta interação possibilita a cada participante a apreensão de informações que deverão ser processadas (estágio de elaboração interior) até que possam ser, enfim, sedimentadas na memória sob a forma de conhecimento construído. Em outras palavras, o ensino baseia-se no ensaio e no erro, na assimilação e acomodação.

Cabe ao facilitador – assim concebido pela reciprocidade intelectual – transmitir informações, idéias que possam ser inicialmente recepcionadas. Deve propor problemas sem evidenciar soluções, deve provocar desequilíbrios e fazer desafios, os quais colocarão os alunos diante de situações perturbadoras de necessidade, contradição e desorganização. Um ambiente de tal tipo será favorável à motivação interior dos indivíduos, na busca de se insurgir no erro ou acerto como forma de estruturar seus conhecimentos.

Não nos desviamos e nem menosprezamos a excelente obra e metodologia defendida por Piaget mas, no decorrer do Projeto, não utilizamos “jogos didáticos” nas aulas, e sim, casos reais dos alunos. Concordamos com a facilitação da aprendizagem, proposta pela teoria piagetiana, através da criação de um ambiente que traga liberdade para um aprendizado “espontâneo e natural”, mas entendemos que a resolução e o debate de questões jurídicas dos próprios alunos gerariam um interesse maior e o, conseqüente, “estágio de elaboração interior”.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se transmitiram para os alunos os temas trabalhados nos anos anteriores, buscou-se introduzir novos temas que colaborassem na ampliação de conhecimentos a respeito da cidadania.

Resultados

Após o desenvolvimento de todas as atividades, o Projeto Movimento e Cidadania mostrou-se uma grande oportunidade para a ampliação dos conhecimentos acadêmicos e, em especial, para o crescimento pessoal dos extensionistas, uma vez que através aulas expositivas, ocorrendo interação como outras pessoas, trocando os conhecimentos e fazendo novas amizades. Logo, o projeto, felizmente, tem uma característica de acordo com a velha máxima de “aprender com diversão”, mas aqui se utiliza “desenvolver com prazer e amizade”, isto é, no projeto ocorre o nosso crescimento acadêmico com as novas amizades (entres os extensionistas, os professores-participantes e os alunos da escola parceira).

O contato direto com a comunidade, através das aulas ministradas no Sesquicentenário, é importante para que o extensionista desenvolva a habilidade de falar em público e de solucionar rapidamente os problemas que lhe são apresentados, contribuindo para o enriquecimento de sua formação profissional. Além disso, as pesquisas realizadas para subsidiarem a exposição das aulas, foram essenciais para o aumento dos conhecimentos jurídicos deste aluno extensionista. Com todos esses benefícios, vale ressaltar, ainda, a relevância do projeto no sentido de desenvolver alunos capazes de levar seus conhecimentos acadêmicos para a vida prática, contribuindo para a conscientização do público alvo e, conseqüentemente, para a formação de cidadãos familiarizados com seus direitos.

Os objetivos visados pelo projeto Movimento e Cidadania foram: Difundir o conhecimento produzido da Academia, de modo a fomentar ao desenvolvimento social; Formar cidadãos capazes de questionar sobre a realidade social de nosso país, tornando-os sujeitos conscientes e participativos, e, principalmente, agentes multiplicadores do conhecimento; Incentivar a formação de acadêmicos de Direito verdadeiramente preocupados com a problemática sócio-jurídica; Contribuir para a humanização do público alvo e dos universitários possibilitando a realização do vínculo ensino, pesquisa e extensão; Propiciar aos acadêmicos a

compreensão de que o direito pode ser instrumento de coesão social e da viabilização de uma sociedade mais justa; Incentivar a interação e o espírito solidário entre os universitários, deixando de lado o individualismo difundido pela sociedade atual; Difundir noções de Direito junto ao público alvo das entidades parceiras, através de palestras; Viabilizar o contato com o público alvo através de material educativo (cartilha, jornal); Promover encaminhamentos dos casos jurídicos concretos aos órgãos competentes e Possibilitar uma maior credibilidade na Justiça de nosso país; Continuar proporcionando o ensino de noções de Direito em escolas e em comunidades para a formação de cidadãos conscientes e participativos; Contribuir na solução de problemas jurídicos que forem apresentados, através do encaminhamento aos órgãos competentes; e Publicar a Cartilha Movimento e Cidadania (volume III).

Ao fim deste trabalho com os alunos do Projeto, compreende-se que, do ponto de vista da educação, a pretendida transmissão de conhecimentos básicos de Direito e Cidadania foi alcançada.

Conclusão

Vale a pena salientar que não conseguimos cumprir alguns dos nossos objetivos. Ministramos 40% (quarenta por cento) das aulas almejadas e elaboramos esta mesma porcentagem da cartilha. Tivemos algumas dificuldades:

- O número de extensionistas neste projeto, nos anos anteriores, eram, em média, 9 pessoas. No período letivo de 2007 participaram, apenas, 4 (quatro) alunos extensionistas;
- A quantidade de participantes no projeto dificultou a elaboração da cartilha que requeria o estudo de assuntos extensos e, em 3 meses, só foi possível a elaboração de 4 (quatro) capítulos;
- O interesse dos alunos, em sua maioria pré – universitários, decaiu bastante após algumas aulas. Diante da proximidade do vestibular, a necessidade de se ausentar da sala de aula para participar do Movimento e Cidadania fez com que muitos desistissem;
- O calendário escolar do colégio Sesquicentenário (gincanas, jogos, aulas, revisões para vestibular, gravação de reportagens) e a reforma do prédio da escola dificultou a nossa presença e a ministração das aulas.

Como disse Fernando Pessoa, “pedras no caminho? Guardo todas! Um dia construirei um castelo.” Espero que os nossos erros sirvam de aprendizado para os próximos extensionistas. Pois, apesar das muitas dificuldades encontradas, não se pode negar a grandiosidade desse projeto, que é tão importante para a formação de uma sociedade mais responsável e consciente de seus deveres e responsabilidades. Desse modo, ele deve seguir com a sua atuação, colaborando com o ideal democrático, preconizado na Constituição Federal de 1988, de construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

Referências

BARACHO, Herta Urquiza. et al. **Movimento e cidadania: na luta pelos nossos direitos**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2004. 126 p.

JÚNIOR, Nelson Saule. **Direto, Cidadania e Justiça – A Assistência Jurídica como Instrumento de Garantia dos Direitos Urbanos e Cidadania**. 1ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1995.

FERREIRA, Hamanda Rafaela Leite. **Projeto Movimento e Cidadania – Ações Sócioeducativas na Formação de Cidadãos Conscientes e Participativos**. Revista Eletrônica de Extensão da UFPB, João Pessoa. Ano I, N° 02, julho/dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/revistaextensaocidada/artigos%20-%20cidadania%20-%20projetomovimento.htm>